



Ex-ministro diz que oponente usou viaturas policiais para campanha

Haddad pede retirada de vídeos de Tarcísio usando áreas e bens públicos

A Justiça Eleitoral negou pedido liminar da coligação Desperta São Paulo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PV, PSOL e Rede), do candidato ao governo, Fernando Haddad (PT) para retirar conteúdos da campanha de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Felício Ramuth (MDB), também candidatos a governador e vice. A ação acusa os candidatos e a coligação Coragem para Seguir Avançando (Republicanos, PL, MDB, Democrata, Avante, PSD, PRD, Solidariedade, União Brasil e PP) de usarem bens e espaços públicos, como viaturas policiais, hospitais, escolas e áreas do sistema metroferroviário, para produzir material de campanha. A juíza Claudia Fonseca Fanucchi afirmou que é necessário analisar as condições de acesso aos locais, eventual uso do cargo e a finalidade das imagens. Segundo a magistrada, não há, nesta fase, elementos suficientes para conceder a liminar. A decisão não julga o mérito. Os representados terão cinco dias para apresentar defesa.

TRE-SP afasta multa por pedido de voto em culto

Em mais uma decisão divulgada na quarta(9), a Justiça julgou improcedente ação da Procuradoria Regional Eleitoral contra os candidatos ao Senado Guilherme Derrite (PP) e André do Prado (PL). O processo tratava de propaganda eleitoral feita durante culto da Assembleia de Deus, em 17 de agosto. O juiz Ronnie Herbert reconheceu conteúdo eleitoral em discurso de Tarcísio de Freitas (Republicanos), mas entendeu que não houve prova de que Derrite e Prado conheciam previamente ou participaram da manifestação de pedido de voto.



Andre e Derrite participaram de culto na Assembleia de Deus

Deputados questionam ações sobre cannabis

Os deputados estaduais Eduardo Suplicy (PT) e Caio França (PSB) pediram, na quarta-feira(9), à Secretaria da Segurança Pública de SP informações sobre operações policiais envolvendo pacientes e associações autorizados pela Justiça a cultivar cannabis para fins terapêuticos. O requerimento questiona critérios das diligências, apreensões, prisões, eventual banco de dados de pacientes e o tratamento de informações de saúde pela polícia à luz da LGPD. Também pede dados sobre fiscalizações realizadas desde janeiro e eventuais irregularidades encontradas.

Deputado de SP questiona Anvisa sobre Unilever

O deputado federal por SP, Luiz Carlos Motta (PL) pediu ao Ministério da Saúde explicações sobre a suspensão da fabricação de produtos de limpeza e desinfecção (saneantes) na unidade da Unilever em Vinhedo, no interior do Estado. O requerimento, apresentado na quarta-feira (9), questiona os critérios da Anvisa para não determinar o recolhimento nem análises laboratoriais dos lotes que já estavam no mercado.

Debate com Senadores

De forma inédita, a TV Band realizou nesta quarta-feira (9) debate com candidatos ao Senado por São Paulo. Foram convidados André do Prado (PL), Geraldo Rufino (Podemos), Guilherme Derrite (PP), Marina Silva (Rede), Ricardo Salles (Novo), Simone Tebet (PSB) e Soninha Francine (Cidadania). Os candidatos sem representação no Congresso não foram chamados.

Última pesquisa ao Senado

Pesquisa Quaeast divulgada na terça(8) aponta Marina Silva (Rede) e Guilherme Derrite (PP) com 14%; Simone Tebet (PSB), 12%; André do Prado (PL), 7%; Ricardo Salles (Novo), 3%. Geraldo Rufino (Podemos), Soninha Francine (Cidadania), Máira de Souza (UP), Eliana Ferreira (PSTU) e Guto Schiavetto (Missão) têm 1%. Os outros cinco candidatos não pontuaram.

Senador Marcos Pontes

De acordo com portal do Senado, o senador Astronauta Marcos Pontes (PL) realizou 19 pronunciamentos em 2026, principalmente em temas econômicos e sociais. Em agosto, tratou do PLP dos Combustíveis, do Estatuto do Aprendiz e da tributação de remessas internacionais. Em julho, apoiou projeto que permite emendas para atendimento pré-hospitalar dos bombeiros.

Senadora Mara Gabrilli

A senadora Mara Gabrilli (PSD) fez dez discursos no Senado entre março e junho de 2026. As manifestações trataram da ampliação do Teste do Pezinho, do trabalho voluntário no Hospital Amaral Carvalho, da indicação de Jorge Messias ao STE, Lei Maria da Penha e Acordo Comercial entre Mercosul e União Europeia. Também houve falas em sessões especiais.

Senador Giordano

O senador Giordano (Podemos-SP) fez três pronunciamentos no Senado entre janeiro e agosto de 2026. As manifestações trataram da inclusão de educação política na educação básica, de regras para benefícios tributários e despesas obrigatórias e de projeto sobre créditos de PIS/Pasep e Cofins para materiais recicláveis e economia circular.

+2 casos de Sarampo

São Paulo confirmou mais dois casos de sarampo, elevando de 28 para 30 o total de registros da doença em 2026. Os novos casos são de crianças menores de 2 anos na capital. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, dos 30 casos, 27 ocorreram na capital, dois em São Bernardo do Campo e um em Guarulhos. Em 22 casos, a vacinação estava ausente ou incompleta.



Governador nega qualquer contato ou relação com Daniel Vercaro

Tarcísio recorre na Justiça contra propaganda que o vincula a Vercaro

Vídeo cita doação de R\$ 2 milhões de Vercaro à campanha de Tarcísio em 2022

Da **Redação**

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) rejeitou pedido de direito de resposta apresentado pelo governador e candidato à reeleição Tarcísio de Freitas (Republicanos) contra Fernando Haddad (PT) e a coligação Desperta São Paulo. A decisão é do juiz Ronnie Herbert Barros Soares.

Tarcísio questionou propaganda eleitoral exibida na televisão em 4 de setembro. A peça afirmou que a “campanha de Tarcísio recebeu propina de Vercaro”, em referência a Daniel Vercaro, e citou reportagem do UOL. Segundo a propaganda, Vercaro teria dito à Polícia Federal que doou R\$ 2 milhões para garantir que o Credicesta, do Banco Master, continuasse a operar consignados com servidores paulistas.

No processo, Tarcísio alegou que o conteúdo apresentou como consumada uma prática criminosa baseada em proposta de delação premiada rejeitada. Ele pediu a proibição da propaganda e direito de resposta.

Ao rejeitar o pedido, o juiz considerou que a peça identificou a origem jornalística da informação e atribuiu a Vercaro as declarações divulgadas. Segundo a decisão, a propaganda não afirmou que Tarcísio tenha solicitado,

negociado ou recebido pessoalmente os valores, nem que tivesse conhecimento da suposta origem da doação.

O magistrado apontou ainda que a existência da doação de R\$ 2 milhões à campanha não foi contestada. A controvérsia, segundo a decisão, envolve a causa atribuída ao pagamento. O juiz também entendeu que a rejeição da proposta de delação não torna inexistente o relato divulgado.

Sobre a frase “Tarcísio ganhou a eleição e o consignado permaneceu”, o TRE considerou que não houve afirmação de relação entre a vitória eleitoral e eventual ato ilícito. A Procuradoria Regional Eleitoral também havia se manifestado pela rejeição do pedido.

Em nota ao Correio da Manhã, a campanha de Tarcísio afirmou que “A decisão do TRE-SP trata exclusivamente da veiculação da propaganda e não confere qualquer veracidade às ilações absurdas feitas no vídeo de Fernando Haddad e que as acusações se baseiam no vazamento de trechos de uma proposta de delação que não foi aceita pela Polícia Federal nem pela Procuradoria-Geral da República. Tarcísio de Freitas nunca teve qualquer contato ou relação com Vercaro e não tinha conhecimento de eventuais condutas atribuídas ao doador”